Educação Inclusiva

Modulo 06

Atendimento Educacional Especializado I

Profª. Patrícia Muratori de Lima e Silva Negrão

cead UFV

Universidade Federal De Viçosa

Demetrius David da Silva
Vice-Reitora: Rejane Nascentes

Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância

Francisco de Assis de C. Pinto
Campus Universitário, s/n. CEP: 36570-900 - Viçosa/MG. Telefone: (31) 3612 1251 - e-mail: cead@cead.ufv

Ficha Técnica

Autora:
Patrícia Muratori de Lima e Silva Negrão

Identidade Visual do Curso:
Ennio Venancio de C. Nascimento e Antônio dos Santos

Projeto Gráfico e Diagramação:
Antônio dos Santos

Ficha catalográfica elaborada pela Seção de Catalogação e Classificação da Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa – Campus Viçosa

N385a 2023

Negrão, Patrícia Muratori de Lima e Silva, 1970-
Atendimento educacional especializado I [recurso eletrônico] / Patrícia Muratori de Lima e Silva Negrão -- Viçosa, MG : UFV, CEAD, 2023.
1 apostila eletrônica (24 p.) : il. color. -- (Educação inclusiva ; Módulo 06)

Disponível em: https://portalead.cead.ufv.br
Bibliografia: p. 23-24.

1. Educação inclusiva. 2. Educação especial. 3. Pessoas com deficiência física – Educação. 4. Pessoas com deficiência mental – Educação. 5. Transtornos de espectro autista. 6. Distúrbio do deficit de atenção com hiperatividade. I. Universidade Federal de Viçosa. Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância. II. Título.

CDD 22. ed. 371.9

Bibliotecária responsável: Alice Regina Pinto Pires CRB-6/2523

Este obra está licenciada com uma Licença

Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Sumário

01. Conceito e fundamentos do AEE . . . . . página 4

02. Estratégias e práticas pedagógicas inclusivas página 7

03. Deficiência Física ou Motora. . . . . página 9

04. Transtornos do Neurodesenvolvimento . . . . página 11

05. Deficiência Intelectual . . . . . página 12

06. Transtorno do Espectro Autista (TEA) . . . . . página 15

07. Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade . . . . . página 18

08. Transtornos Específicos da Aprendizagem . . . . . página 19

09. Considerações. . . . . página 22

10. Referências Bibliográficas . . . . . página 23

01 Conceito e fundamentos do AEE

Segundo Art. 3º das Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, documento regulamentado pelo DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011,

São objetivos do atendimento educacional especializado:

I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;

II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e

IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino. (BRASIL, 2011.)

De acordo com as Diretrizes (2011), o AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização. Além disso, de acordo com o Decreto acima citado, as "salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado".

Ademais, de acordo com o Artigo 27 do Resolução SEEMG Nº 4.256/2020, que institui as Diretrizes para normatização e organização da Educação Especial na rede estadual de Ensino de Minas Gerais:

Citação:

O Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistivas (ACLTA) tem a função de apoiar o processo pedagógico de escolarização do estudante com disfunção neuromotora grave, deficiência múltipla ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculado na escola comum, sendo autorizado 1 (um) professor para até 3 (três) estudantes matriculados no mesmo ano de escolaridade e frequentes na mesma turma.

§ 1º - Nos casos em que houver na escola apenas uma turma para o ano de escolaridade, o Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistivas poderá atender mais de três estudantes.

> § 2º - É vedada a coexistência de mais de um Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistivas em uma mesma turma. (SEEMG, 2020.) **Fim da citação.**

Sendo assim, o trabalho realizado pelo AEE deve atuar nos quatro pilares da educação propostos pela UNESCO que são: aprender a ser, aprender a fazer, aprender a conhecer e aprender a conviver. Esse processo incluirá o desenvolvimento da disciplina e do hábito de estudo organizado e sistematizado; o estabelecimento de estratégias para trabalhar a autonomia e a autoestima; a identificação dos recursos assistivos mais adequados para cada situação; o estímulo a reflexões para o autoconhecimento e o gerenciamento de emoções, trabalhando com a Inteligência Emocional; a mediação das relações entre estudantes e comunidade escolar; a atuação na mediação de conflitos; e o desenvolvimento da cidadania no que diz respeito ao reconhecimento de direitos e deveres, conforme figura 1.

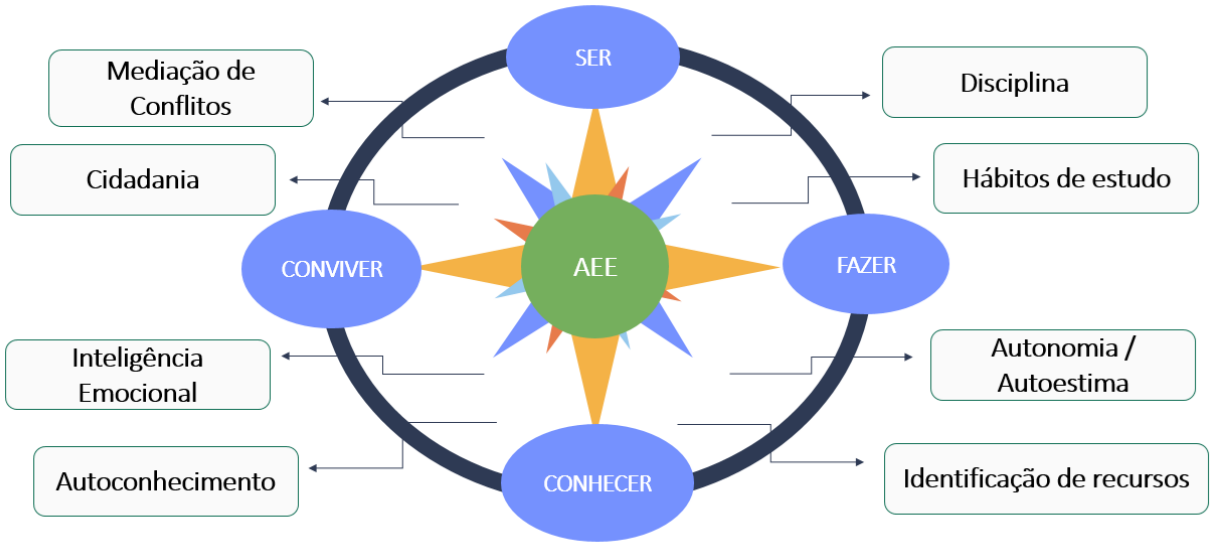

Figura 1 – Atendimento Educacional Especializado

Descrição: A imagem apresenta um esquema com várias caixas de texto designando os quatro pilares da educação propostos pela UNESCO sob os quais o trabalho de atendimento educacional especializado deve ser realizado. Do pilar SER partem as palavras Disciplina e Hábitos de estudo. Do pilar FAZER partem as palavras Autonomia/Autoestima e Identificação de recursos. Do pilar CONHECER partem as palavras Inteligência Emocional e Autoconhecimento. E do pilar CONVIVER partem as palavras Mediação de conflitos e Cidadania. Final da descrição. **Fim da descrição.**

Fonte: A autora (2022)

CONHEÇA A LEI!

DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2020-pdf/167131-pcp019-20/file. Acesso em: 25 nov. 2022 **Fim do Conheça a lei!**.

CONHEÇA A LEI!

DIRETRIZES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO BÁSICA. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192. **Fim do Conheça a lei!**

02 Estratégias e práticas pedagógicas inclusivas

A NEE pode ser definida como a existência de qualquer tipo de variável interna ou externa que possa interferir no aprendizado do estudante. Sob essa perspectiva, define-se como estudante com necessidades educacionais específicas aquele que requer recursos educacionais específicos, em função de apresentar necessidades próprias no domínio das aprendizagens curriculares.

Essas estratégias representam diversos procedimentos planejados e implementados por educadores. São técnicas, práticas e métodos explorados como meios para acessar, produzir e expressar o conhecimento e devem levar em consideração o perfil e as especificidades de cada estudante a fim de alcançar seus objetivos de ensino. Sendo assim, apresentamos a seguir algumas propostas de estratégias pedagógicas adequadas a todos os públicos:

1. Propicie um ambiente acolhedor, estabelecendo vínculos positivos com o estudante. Não exponha o estudante, nem permita ações de *bullying* por parte dos seus pares.
2. Disponibilize previamente um cronograma das aulas, dos conteúdos (preferencialmente divididos em blocos) e das atividades avaliativas. Isso auxilia na organização, no planejamento do tempo e no cumprimento das obrigações escolares.
3. Complemente e reforce instruções orais com informações escritas.
4. Propicie atividades que desenvolvam a criatividade e a capacidade de conhecer o mundo e a si mesmo na perspectiva do próprio estudante e não da forma como o professor imagina ser o melhor.
5. Nas apresentações em PowerPoint, os slides devem ser simples e consistentes, referencialmente mais explicativos do que em tópicos. No entanto, evite conteúdos longos e com muitos textos escritos. Divida as informações por slides (poucas informações em cada slide);
6. Não superproteja o estudante e ajude apenas quando for necessário e requisitado.
7. Não subestime a inteligência, a capacidade e as habilidades do estudante. Promova atividades que favoreçam sua autonomia, valorizando o que ele pode fazer sozinho. Embora possa levar mais tempo para aprender, ele é capaz de adquirir habilidades intelectuais e sociais.

8. A participação do estudante nos trabalhos em grupos não deve ser evitada nem negligenciada. Incentive a interação com seus pares nas atividades em sala de aula e nos trabalhos, atribuindo tarefas condizentes, com as quais ele possa contribuir ativamente para a construção de um saber compartilhado. Se necessário, auxilie-o a se inserir nos grupos, mediando a interação entre os colegas.
9. Realize uma sondagem para elencar as principais características do estudante e quais estratégias são facilitadoras do processo de ensino-aprendizagem a partir de uma conversa com o próprio educando.
10. Supervisione a realização das atividades solicitadas, acompanhando, motivando, orientando e estimulando a aprendizagem autônoma do estudante, inclusive em relação aos prazos de entrega das atividades e trabalhos.

SAIBA MAIS!

Assista ao vídeo: **Tecnologias e Práticas Pedagógicas Inclusivas – da UNIFEI**. Esse vídeo compartilha informações importantes acerca de recursos para construir práticas pedagógicas inclusivas nos contextos das salas de aula regulares. Link: https://www.youtube.com/watch?v=0nV7clzXNz0. **Fim do Saiba Mais!**

03 Deficiência Física ou Motora

Deficiência física ou motora são as complicações que levam à limitação da mobilidade e da coordenação geral da pessoa. Dependendo da área do cérebro afetada, a pessoa com deficiência física ou motora pode apresentar, ainda, dificuldades na aquisição da linguagem, na leitura, na escrita, na percepção espacial e no reconhecimento do próprio corpo.

Para que o docente possa adequar as suas estratégias didáticas metodológicas e incluir o estudante, seguem algumas orientações:

1. No caso de estudantes com câimbra do escrivão, é importante saber que a condição se caracteriza como uma deficiência física, uma distonia de origem neurológica que prejudica ou impede a capacidade de escrever. Por isso, o estudante necessita de meios tecnológicos, como computador/ notebook para se adaptar à realização de atividades e provas.
2. O estudante pode se beneficiar de equipamentos que o auxiliem no registro das aulas. Por isso, é importante permitir o uso, em sala de aula, de dispositivos para essa finalidade. Recomenda-se que o estudante utilize equipamentos, como gravador, celular, tablet ou notebook.
3. Reserve carteiras posicionadas em locais que facilitem a circulação do estudante e das demais pessoas.
4. A cadeira de rodas, as bengalas e as muletas fazem parte do espaço corporal do estudante. Considere esses equipamentos na organização das atividades e dos espaços das aulas. Não se apoie nem toque nos equipamentos sem autorização do usuário.
5. Atenção para as informações que precisam ser registradas pelo estudante! Sempre que possível disponibilize por escrito ou certifique-se de que a orientação foi gravada, pois pode haver dificuldade para tomar nota.
6. Se necessário, utilize recursos de tecnologia assistiva, equipamentos adaptativos (como engrossador de borracha e de caneta, caneta ergométrica, utilização de quadro branco e marcadores, digitação em tablet e/ou em computador). A tecnologia assistiva auxilia no desempenho funcional e na realização de atividades em diferentes âmbitos do cotidiano.

7. Se necessário, disponibilize um ledor transcritor para que os textos possam ser lidos e/ou para que as respostas às atividades propostas possam se transcritas a partir do que o estudante ditar.
8. Ao conversar com um estudante em cadeira de rodas, se possível, tente permanecer sentado ou na mesma altura que ele, evitando que fique com a cabeça erguida.
9. Possibilite pequenos intervalos para o estudante se alongar. Permanecer sentado na mesma posição pode ser doloroso.
10. Certifique-se previamente sobre as capacidades físicas e motoras do estudante antes de propor as atividades e, se necessário, promova adaptações. Evite atividades que não possibilitem a plena participação do discente.
11. Em caso de mudança no local das aulas e/ou aulas práticas, certifique se há disponibilidade de acessibilidade quanto aos locais e aos equipamentos (elevadores, cadeiras, altura das bancadas, transporte adaptado). Avise aos técnicos, guias e/ou anfitriões de que, na turma, há estudante com deficiência física ou mobilidade reduzida e das suas necessidades.
12. Evite atividades que envolvam longas caminhadas. Caso sejam imprescindíveis, trace rotas alternativas que possam ser realizadas por veículos adaptados.

04 Transtornos do Neurodesenvolvimento

Esses transtornos são caracterizados por déficits no desenvolvimento que acarretam prejuízos no funcionamento pessoal, social, escolar ou profissional. Os déficits de desenvolvimento variam desde limitações muito específicas na aprendizagem ou no controle de funções executivas até prejuízos globais em habilidades sociais ou inteligência.

Alguns exemplos de transtornos do neurodesenvolvimento são: deficiência intelectual, transtornos da comunicação, transtorno do espectro autista, transtorno do déficit de atenção / hiperatividade, transtornos específicos da aprendizagem.

SAIBA MAIS!

MAIS ALÉM DOS TRANSTORNOS DO NEURODESENVOLVIMENTO: desdobramentos para a infância e a educação assistiva. Movimento-Revista de Educação, Niterói, ano 7, n. 15, p. 106-132, set./dez., 2020. Disponível em: https://www.passeidireto.com/arquivo/109496683/42885-texto-do-artigo-163739-1-10-20201223. Acesso em: 25 nov. 2022. **Fim do Saiba Mais!**

05 Deficiência Intelectual

À medida que o conceito de inclusão vai sendo melhor compreendido e aplicado, nomenclaturas e definições mais apropriadas vão sendo incorporadas. Isso também ocorre nos campos da deficiência e da saúde mental. Assim, a terminologia "mental", atualmente, refere-se a mente integralmente. Já o termo "intelectual" refere-se ao intelecto, aos aspectos cognitivos.

Segundo a Associação Americana de Deficiência Mental (AAMR) e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (2014. p. 31), a deficiência intelectual é definida como o estado de redução notável do funcionamento intelectual inferior à média, caracterizada por déficit em capacidades mentais, como raciocínio, solução de problemas, planejamento, pensamento abstrato e aprendizagem. Portanto, a deficiência intelectual também é um transtorno do neurodesenvolvimento e é relevante atentar também para a questão da funcionalidade, ou seja, a capacidade de interação nas atividades da vida diária e a conquista da autonomia.

Assim, existem quatro áreas distintas em que as especificidades dos indivíduos com deficiência intelectual podem se enquadrar: motora, cognitiva, da comunicação e socioeducacional. Porém, as limitações das pessoas com deficiência intelectual estão condicionadas às oportunidades e às necessidades individuais, o que significa que cada indivíduo com deficiência intelectual tem, como qualquer outro, limitações e habilidades.

Para que o docente possa adequar as suas estratégias didáticas-metodológicas e incluir o estudante, seguem algumas estratégias pedagógicas recomendadas:

1. O estudante pode apresentar dificuldades na compreensão. Diante disso: Fale naturalmente ao dirigir-se a uma pessoa com deficiência intelectual, não a trate de maneira infantilizada.
2. Utilize uma linguagem simples e objetiva, inclusive na formulação dos enunciados das atividades avaliativas e, sempre que possível, repita a informação de forma variada, reformulando-a e fazendo pausas maiores entre as informações.
3. Durante os diálogos, determine os objetivos e as finalidades da conversa de maneira clara, sintética e direta, evitando que as informações fiquem

subentendidas. Explique com clareza as ideias implícitas e os sentidos figurados/conotativos, caso sejam utilizados.

4. Sempre que possível, forneça instruções por escrito para as atividades que devem ser realizadas em classe e em casa, pois algumas informações orais podem não ser plenamente compreendidas.
5. Forneça exemplos concretos para complementar as orientações e as informações faladas. Complemente e reforce instruções verbais com informação visual.
6. Certifique-se de que o estudante compreendeu a explicação/orientação fazendo perguntas que exijam respostas condizentes com o que foi informado, e não apenas SIM/NÃO.
7. O estudante pode dispor de equipamentos que o auxiliem no registro das aulas. Por isso, é importante permitir o uso, em sala de aula, de dispositivos para essa finalidade, como gravador, celular, tablet ou notebook).
8. Estimule a participação nas aulas a partir de algum assunto de interesse.
9. O estudante pode apresentar alterações na fala que são decorrentes do atraso no neurodesenvolvimento. Considere tais alterações quando ele for se expressar em sala de aula, evitando correções e atitudes que exponham sua condição específica.
10. Ouça com atenção o que o estudante tem a dizer sem interrompê-lo. A percepção e a visão diferenciada dele podem contribuir para a formação dos estudantes neurotípicos.
11. Estabeleça uma relação transparente e de confiança com a turma sobre as atividades adaptadas ao estudante com deficiência intelectual. Aproveite para discutir princípios de inclusão e garantia dos direitos às pessoas com deficiência, a fim de proporcionar um ambiente acolhedor e o respeito mútuo. No entanto, jamais exponha o estudante.
12. Ao organizar suas aulas, atente-se para a sobrecarga de informações (visuais e textuais) e sempre que possível, faça uso de: roteiro das atividades e ações que serão desenvolvidas durante a aula; glossário com o significado das palavras-chave e termos científicos; imagens associativas, que possuam relação com o conteúdo; mapas mentais e/ou mapas conceituais; sínteses e resumos de conteúdo; vídeos e animações.
13. Ofereça materiais que contenham referências visuais marcantes, com imagens, fotos e letras grandes e coloridas. Eles favorecem a aprendizagem, pois possibilitam a visualização imediata, lúdica e chamativa do conhecimento

estudado e aprendido, facilitando a compreensão do conteúdo e a memorização.

14. Sempre que possível, proponha atividades lúdicas, que despertem a curiosidade e a motivação para adquirir novos conhecimentos.
15. Elabore atividades que permitam ao estudante participar ativamente de sua aprendizagem, ajudando-o a desenvolver a comunicação, a expressão, a criatividade e a autonomia.
16. Utilize técnicas multissensoriais (conjunto de estímulos diferentes, complementares e que permitem o desenvolvimento de diferentes capacidades perceptivas do estudante, integrando textos, sons e atividades práticas) no processo de ensino-aprendizagem.

06 Transtorno do Espectro Autista (TEA)

O transtorno do espectro autista é um transtorno do neurodesenvolvimento, ou seja, um transtorno neurológico com início da infância. É caracterizado por desafios com habilidades sociais, que podem manifestar-se em conjunto ou isoladamente: dificuldade de comunicação (pode haver deficiência no domínio da linguagem – alteração na fala, linguagem atrasada e outros; ou somente deficiência no uso da fala/linguagem durante a interação), no uso da imaginação/abstração, dificuldade de socialização e padrão de comportamento restritivo e repetitivo.

A pessoa com transtorno do espectro autista pode apresentar algumas características, como hiperatividade, incapacidade de compreender ideias complexas ou abstratas, irritabilidade, movimentos repetitivos, falta de atenção ou intenso interesse em um número limitado de coisas, ansiedade, falta de empatia e sensibilidade sensorial.

Além disso, o estudante com TEA também pode apresentar algumas habilidades especiais, como foco, disciplina, rotina e organização; facilidade para perceber padrões; aptidão na área de desenho, pintura e escultura; memória acima da média; etc.

Estratégias pedagógicas adequadas a esses casos:

1. O estudante pode apresentar dificuldades na interação social e na comunicação em sala de aula e em outras atividades. Diante disso: caso ele não estabeleça contato visual e pareça não estar prestando atenção na aula ou no que está sendo dito, continue conversando/explicando de maneira natural. Não há necessidade de ficar chamando a atenção do estudante.
2. Utilize uma linguagem simples e objetiva, inclusive na formulação dos enunciados das atividades avaliativas.
3. Durante os diálogos, determine os objetivos e as finalidades da conversa de maneira clara, sintética e direta, evitando que as informações fiquem subentendidas; explique com clareza as ideias implícitas e os sentidos figurados, caso sejam utilizados.
4. Forneça exemplos concretos para complementar as orientações e as informações faladas; complemente e reforce instruções verbais com informação visual.

5. Atividades envolvendo apresentação oral e comunicação em público podem ser extremamente incômodas e até mesmo desencadear crises; por isso, apoie o estudante para realizá-las da maneira mais confortável possível, respeitando seu modo de expressar, seu tempo de realização e sua condição.
6. Estimule a participação nas aulas a partir de algum assunto de interesse; direcione eventuais comentários não pertinentes ao contexto estabelecendo possíveis relações com os conteúdos, a fim de motivar a participação do estudante de maneira conveniente.
7. Auxilie-o a se inserir em grupos de trabalho (ou, excepcionalmente, dê a opção a ele de fazer a atividade sozinho). É importante que as atividades não exijam interações de grande complexidade.
8. O estudante pode precisar dispor de equipamentos que o auxiliem no registro das aulas. Por isso, é importante permitir o uso, em sala de aula, de dispositivos para essa finalidade, como gravador, celular, tablet ou notebook.
9. Mantenha, na medida do possível, uma rotina das aulas (hora/atividades/local/objetos). Evite situações surpresas e, se necessário, prepare o estudante para mudanças e situações novas quando forem necessárias.
10. Evite situações de esperas prolongadas (o que pode causar ansiedade, choro e crises de agressividade).
11. Utilize recursos didático-pedagógicos que priorizem estímulos visuais, como mapas e esquemas. Dê preferência às atividades em que seja possível associar informações a imagens, utilizando, por exemplo, recursos gráficos e mapas semânticos para construção do conhecimento.
12. Capitalize os pontos fortes. Por exemplo, o foco de interesse (hiperfoco) pode ser uma importante rota neuronal e janela de aprendizagem.
13. O estudante pode apresentar hipersensibilidade sensorial, ou seja, uma reação exacerbada a luzes, sons, cheiros, sabores ou texturas específicas. Diminua o nível de distração/sobrecarga sensorial, controlando ruídos e excesso de claridade em sala. Materiais com sobrecarga de informações visuais, sonoras e olfativas devem ficar fora da sala de aula.
14. O estudante pode apresentar alguma estereotipia motora ou vocal (manusear um objeto específico, realizar algum movimento com o corpo, fazer um som com a boca…) que funciona como mecanismo de autorregulação para emoções, pensamentos e sensações. Esses comportamentos não devem ser ridicularizados ou reprimidos, pois precisam ser trabalhados para que o estudante desenvolva o controle sem entrar em sofrimento.

15. Permita intervalos para a autorregulação, como algumas saídas da sala, pois o estudante pode precisar desse tempo para manter a atenção sustentada durante a aula.

CONHEÇA A LEI!

LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 25 nov. 2022. **Fim do Conheça a lei!**

07 Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade

O transtorno do déficit de atenção/hiperatividade (TDAH) é um transtorno do neurodesenvolvimento, geralmente, de causas genéticas e/ou decorrentes de intercorrências no período gestacional e, frequentemente, acompanha o indivíduo por toda a vida, sendo que pode haver variação do grau de TDAH durante a vida e que a desatenção e dificuldade de planejamento são predominantes na fase adulta. É caracterizado pela hiperatividade-impulsividade e dificuldade de concentração, esquecimento ou falta de atenção, excitação ou raiva, falta de moderação, dificuldade de organização, dificuldade na resolução de conflitos, dificuldade em concluir tarefas, dificuldade de abstração, entre outros.

Além disso, algumas comorbidades podem estar associadas ao TDAH, como distúrbios de linguagem, dificuldades no processo de aprendizagem, transtorno bipolar, sinais de depressão/ansiedade e de personalidade antissocial e transtorno opositivo desafiador.

08 Transtornos Específicos da Aprendizagem

São déficits específicos na capacidade individual para perceber ou processar informações com eficiência e precisão, caracterizando-se por dificuldades persistentes e prejudiciais nas habilidades básicas de leitura, escrita e/ou matemática. (Dislexia, Discalculia, Disgrafia ou Disortografia).

A dislexia é um dos mais comuns transtornos específicos da aprendizagem e é caracterizado por déficits nas habilidades de leitura, de compreensão textual e de expressão escrita. O grau de dislexia, em geral, está relacionado à severidade das dificuldades apresentadas pelo indivíduo.

O diagnóstico é clínico e deve ser feito, em geral, por equipe multidisciplinar. Entretanto, antes de afirmar que uma pessoa é disléxica, é preciso descartar a ocorrência de deficiências visuais e auditivas, déficit de atenção, escolarização inadequada, problemas emocionais, psicológicos e socioeconômicos que possam interferir na aprendizagem.

O diagnóstico precoce de dislexia favorece o oferecimento de terapias e de tratamentos adequados. Além disso, ajuda a evitar que rótulos depreciativos sejam atribuídos a essas pessoas, o que poderia comprometer a autoestima e os projetos de vida desses indivíduos.

A discalculia é considerada um transtorno específico de aprendizagem porque as dificuldades observadas não podem ser justificadas por outras alterações neurológicas, sensoriais, motoras e/ou cognitivas e acarreta prejuízo no domínio da matemática. A pessoa com discalculia, normalmente, apresenta um desempenho matemático significativamente abaixo do esperado considerando-se sua idade cronológica, suas experiências e suas oportunidades educacionais. Esse transtorno costuma estar associada à dislexia porque elas frequentemente aparecem juntas.

A disgrafia é um transtorno de aprendizagem apresentado tanto em crianças quanto em adultos (ainda que seja mais comum diagnosticá-la no período da infância). A característica mais evidente desse distúrbio é a caligrafia ilegível, isto é, uma escrita de difícil compreensão.

A disortografia é um transtorno de aprendizagem específico que se manifesta em dificuldades na escrita, especialmente na gramática. Os erros típicos que

pessoas com disortografia cometem incluem omitir letras nas palavras; substituir sílabas fortes e suaves; trocar os sons em palavras; e aplicar incorretamente as regras gramaticais.

Seguem algumas estratégias didáticas-metodológicas adequadas aos casos de estudantes com transtorno de déficit de atenção/hiperatividade e transtornos específicos da aprendizagem:

1. Se possível, forneça um resumo dos temas tratados durante a aula, pois isso auxilia no estudo e na revisão dos conteúdos.
2. Incentive a utilização de diferentes técnicas para compensar possíveis dificuldades de concentração e organização (uso de agenda, lembretes, quadros de avisos, lista de tarefas e a criação de mapas conceituais).
3. Aumente a quantidade de exemplos, modelos, demonstrações e práticas dirigidas. Sempre que possível repita a informação de forma variada, reformulando-a e fazendo pausas maiores entre as informações.
4. No caso de estudantes disléxicos, incentive atividades colaborativas entre a turma, possibilitando que um colega seja escriba e ledor do estudante com dislexia em atividades realizadas em sala de aula (o colega pode ler os textos e/ou os enunciados das questões e transcrever as respostas a partir do que o estudante ditar).
5. Utilize linguagem simples e objetiva, com informações diretas, que facilitem a compreensão, inclusive na formulação dos enunciados das atividades avaliativas.
6. Utilize de códigos visuais, diagramas, cones, sublinhados, esquemas... esses recursos permitem concentrar atenção nos expoentes, varáveis e símbolos de operações, o que facilita a compreensão, a aprendizagem e a generalização.
7. Proponha jogos na sala. Essa ferramenta pode contribuir na visualização de seriação e classificação, além de auxiliar nas habilidades psicomotoras, nas habilidades espaciais e na contagem.
8. No caso dos estudantes com discalculia, permita o uso de calculadora, de tabela tabuada e de caderno quadriculado.
9. No caso de estudante com disgrafia ou disortografia, considere a redução da porcentagem de tempo de escrita e cópia da lousa; ofereça complementos já escritos e opte pela metodologia de sala de aula invertida. Além disso, observe as trocas mais frequentes que a pessoa apresenta; e incentive a percepção e a memória visual do estudante. Oferecer a opção de que o discente responda uma questão oralmente

pode viabilizar a possibilidade de que ele consiga se expressar melhor quanto ao conhecimento adquirido.

10. O estudante pode apresentar dificuldade para formular a resposta diante de uma pergunta repentina e/ou responder precipitadamente (por impulso), sem aguardar a completa formulação do questionamento. Utilize técnicas de perguntas variadas para dar mais oportunidades de participação.

CONHEÇA A LEI!

LEI Nº 14.254, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021. Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.254-de-30-de-novembro-de-2021-363377461. Acesso em: 25 nov. 2022. **Fim do Conheça a lei!**

Considerações

Todo esse trabalho por uma educação inclusiva representa um olhar singularizado e de importância fundamental para que esse processo realmente aconteça na prática. Uma boa formação de professores é condição essencial para que a inclusão ocorra, mas não é o suficiente. A infraestrutura física ou um projeto político-pedagógico exemplar da universidade também não resolvem de forma isolada, já que a exclusão é uma questão sociológica e histórica.

Então, claro, não existe "receita para incluir", nem "fórmulas de inclusão" que sirvam para todos, atendam a todos da mesma forma e que não exijam de toda a equipe envolvida um esforço conjunto para refletir e agir da forma mais adequada em cada situação.

Sendo assim, as políticas de inclusão não podem ser resumidas apenas na permanência física de estudantes com deficiência ou outras necessidades específicas junto aos demais, nem na aquisição de recursos assistivos variados, "mas representam a "ousadia" de rever concepções e paradigmas, bem como de auxiliar no desenvolvimento do potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades". (GUENTHER, 2003.)

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: Língua Portuguesa. Brasília: MECSEF, 1998. BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: Matemática. Brasília: MECSEF, 1998.

BRASIL. **Constituição (1988**). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto Nº 5.296** de 2 de dezembro de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 25 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842-publicacaooriginal-39399-pe.html. Acesso em: 16 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009, promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência-ONU. Diário Oficial da União, Brasília, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, 2011.

BRASIL. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 2015.

BRASIL. **Lei nº 010172**, de 09 de janeiro de 2001. Estabelece o Plano Nacional de Educação. Diário Oficial da União, Brasília, 2001.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SECADI, 2008.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 04**, de 02 de outubro de 2009. Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, 2009.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 04**, de 13 de junho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica, 2010.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha. FOUCAULT, Michel. Os Anormais. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Determinantes em Saúde Mental. American Psychiatric Association (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

GUENTHER, Z. C. O Aluno bem-dotado na escola regular: celebrando a diversidade, incluindo as diferenças. In: **Revista Escritos sobre Educação**, Ibirité, vol. 2, n.1, p.43-54, jan-jun, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. Cortez Editora: São Paulo, 1994.

NETO, Antônio Cabral (org.). **Flexibilização curricular**: cenários e desafios. 2 ed. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2004, 122 p. Disponível em: http://www.prograd.ufrn.br/documento.php?id=98967594. Acesso em: 16 fev. 2022.

PACHECO, José. **Notas sobre diversificação/diferenciação curricular em Portugal**. InterMeio: Revistado Programa de Pós-Graduação em Educação. Campo Grande: MS. v.14. n. 28. p. 178 -187. jul./dez.2008.

SEEMG. **RESOLUÇÃO SEE Nº 4.256/2020**. Institui as Diretrizes para normatização e organização da Educação Especial na rede estadual de Ensino de Minas Gerais. Disponível em: https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4256-20-r%20-%20Public.10-01-20.pdf.pdf. Acesso em: 25 nov. 2022.

ceadUFV

Coordenadoria de
Educação Aberta e a Distância